

O "grande abacaxi" da Saúde

Em uma das primeiras entrevistas que deu em Brasília, o dr. Carlos de Albuquerque, ministro indicado da Saúde, disse, entre sério e irônico, que assumiria "um grande abacaxi". Não é força de expressão. Durante quase três anos, o dr. Adib Jatene fez de tudo à frente do Ministério da Saúde, menos o essencial, que é imaginar e planejar um sistema que, atendendo dignamente às necessidades de saúde da população, não se condene à falência ou não tenda a absorver recursos de que o Orçamento não pode dispor. O ex-ministro, infelizmente, dedicou sua pertinácia a uma solução provisória, onerosa e que está provocando desdobramentos que só ele e seus colegas de governo que se vergaram à sua teimosia não quiseram perceber. A CPMF, que será extinta 13 meses depois que começar a ser cobrada, já está causando efeitos nefastos no mercado de capitais, poderá ter efeitos funestos sobre a produção e os preços e deixará, ao falecer, o mesmo rombo que havia nas contas da Saúde. A rigor, deixará rombo maior, porque o ex-ministro Jatene gastou por conta e antes que o ano se encerre e um

único centavo da CPMF entre nos cofres do Tesouro, a Saúde já está devendo R\$ 4,1 bilhões, ou seja, quase a arrecadação anual prevista daquele tributo.

É, pois, um verdadeiro abacaxi a tarefa que o sr. Carlos de Albuquerque se dispôs a assumir. Que não seja a sua administração outro abacaxi que os usuários do sistema de saúde e os contribuintes tenham de engolir, com casca, rama e tudo. Conforta saber, pelas primeiras declarações do ministro indicado, que, conquanto se considere ele um prisioneiro da lei, não rejeita soluções criativas e postula alternativas flexíveis para o problema da Saúde. De fato, hoje a Constituição diz que o sistema de saúde é universal e gratuito, daí não se poder cobrar nem ao menos taxas de moderação que evitem a superlotação dos hospitais com casos banais e repetitivos e contribuam para a amortização parcial de alguns custos fixos da rede hospitalar. Muito menos é possível se pensar, nestas condições, na cobrança de alguns serviços.

Mas o sistema, tal como está concebido, é a saúva da década dos 90: ou o Brasil acaba

com ele, ou ele acaba com o Brasil. Segundo a visão simplista que imperou até aqui, o Brasil gasta pouco em Saúde, menos de US\$ 120 por habitante ano, ou quatro vezes menos que Portugal, cinco vezes menos que a Argentina e 20 vezes menos que a França ou os EUA. A questão, porém, não é saber quanto se gasta, mas como se gasta e quem paga a conta. O Brasil está gastando mais do que pode e os

brasileiros estão recebendo menos do que precisam. Esta situação não pode perdurar.

O ministro designado tem bons propósitos e demonstra sensatez. Vai criar uma Secretaria de Planejamento em Saúde, justamente para pensar as soluções para o setor. Isso indica sua disposição de não ficar correndo atrás dos problemas, e sim de antecipar-se a eles. Preconiza, também, a flexibilização do Sistema Único de Saúde, adaptando à realidade de cada região, de cada hospital, de cada clientela um conceito administrativo que é rigidamente o

mesmo para todo o País. Pensa igual ao presidente da República quando afirma que é hora de Estados e municípios absorverem encargos da prestação de serviços médicos e sanitários que hoje recaem quase que integralmente sobre a União.

Assim que assumir o cargo, o dr. Carlos de Albuquerque se verá assoberbado pelas questões urgentes da revisão do preço das consultas e internações, com a ad-

ministração de uma dívida monumental e, principalmente, pelo problema premente de manter na linha de atendimento ao público aqueles hospitais conveniados que desejam se desligar do SUS porque têm uma conta de R\$ 1,1 bilhão a receber. Esta é a casca espinhosa do abacaxi que o novo ministro terá de cortar de início. Não poderá, porém, ficar só nisso. Descascar o abacaxi significa encontrar novos meios de financiar os serviços de saúde e adotar modos engenhosos e econômicos de gerenciamento de um sistema que, hoje, gasta muito e serve pouco.

**O novo ministro
terá de encontrar
novos meios de
financiar e
melhorar a
assistência médica**